

A SUBJETIVIDADE E SUA RELAÇÃO COM A EDUCAÇÃO ESPECIAL

SUBJECTIVITY AND ITS RELATIONSHIP WITH SPECIAL EDUCATION

Vanessa Santos Almeida¹

Universidade Cidade de São Paulo – UNICID

Ida Carneiro Martins²

Universidade Cidade de São Paulo – UNICID

RESUMO

O movimento pela inclusão escolar de pessoas com necessidades educacionais especiais é marcado por uma história complexa de desafios e avanços. Apesar da legislação moderna e abrangente, a inclusão plena ainda não foi alcançada, exigindo uma transformação social que valorize a diversidade. A subjetividade, entendida como um fenômeno que integra aspectos emocionais, simbólicos e sociais, é fundamental nesse processo. No ambiente educacional, a inclusão enfrenta desafios como a falta de recursos, formação inadequada dos professores e preconceitos. A colaboração entre educadores e especialistas e uma formação contínua são essenciais para uma educação inclusiva. As teorias de Vygotsky e González Rey oferecem uma base para entender a subjetividade e sua importância na educação especial. Vygotsky enfatiza a interação social e a mediação cultural, enquanto González Rey foca na singularidade e complexidade dos processos subjetivos. Implementar essas teorias exige práticas pedagógicas que reconheçam a individualidade de cada aluno e promovam ambientes inclusivos. É necessário superar abordagens reducionistas e valorizar a cooperação e aceitação da diversidade. Os desafios são significativos, mas com formação adequada dos profissionais e a sensibilização da sociedade, é possível construir uma educação especial inclusiva, onde cada estudante possa desenvolver plenamente seu potencial.

Palavras-chave: Educação Especial. Subjetividade. Inclusão Escolar. Diversidade. Práticas Pedagógicas.

¹ Discente em Mestrado Acadêmico em Educação pela UNICID. Licenciada em Pedagogia pela UFPI, especialista em Educação Especial (UVA). Endereço para correspondência: Rua Cesário Galero, nº 448/475, complemento 474, CEP 03071-000, bairro Tatuapé, município de São Paulo/SP, Brasil. ORCID iD: <https://orcid.org/0009-0000-9134-9678> Lattes: <https://lattes.cnpq.br/1729803777232521>. E-mail: vanessa19almeida@hotmail.com.

² Doutora em Educação pela UNIMEP, Mestre em Educação Física pela UNICAMP. Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGE e do Mestrado Profissional em Formação de Gestores Educacionais PPGe-GE da Universidade Cidade de São Paulo – UNICID. Endereço para correspondência: Universidade Cidade de São Paulo, Programa de Pós Graduação em Educação. Rua Cesário Galero, 448/475 Tatuapé CEP 03071000 - São Paulo, SP – Brasil. Telefone: (11) 33853015. . ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0001-7140-1598> Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1316783235568969>. E-mail: tita.carneiomartins@gmail.com

ABSTRACT

The movement for school inclusion of people with special educational needs is marked by a complex history of challenges and advances. Despite modern and comprehensive legislation, full inclusion has not yet been achieved, requiring a social transformation that values diversity. Subjectivity, understood as a phenomenon that integrates emotional, symbolic and social aspects, is fundamental in this process. In the educational environment, inclusion faces challenges such as lack of resources, inadequate teacher training and prejudice. Collaboration between educators and experts and ongoing training are essential for inclusive education. The theories of Vygotsky and González Rey offer a basis for understanding subjectivity and its importance in special education. Vygotsky emphasizes social interaction and cultural mediation, while González Rey focuses on the uniqueness and complexity of subjective processes. Implementing these theories requires pedagogical practices that recognize the individuality of each student and promote inclusive environments. It is necessary to overcome reductionist approaches and value cooperation and acceptance of diversity. The challenges are significant, but with adequate training of professionals and awareness of society, it is possible to build an inclusive special education, where each student can fully develop their potential.

Keywords: Special Education. Subjectivity. School Inclusion. Diversity. Pedagogical Practices.

RESUMEN

El movimiento por la inclusión escolar de personas con necesidades educativas especiales está marcado por una compleja historia de desafíos y avances. A pesar de una legislación moderna e integral, aún no se ha logrado la inclusión plena, lo que requiere una transformación social que valore la diversidad. La subjetividad, entendida como un fenómeno que integra aspectos emocionales, simbólicos y sociales, es fundamental en este proceso. En el entorno educativo, la inclusión enfrenta desafíos como la falta de recursos, la formación inadecuada de los docentes y los prejuicios. La colaboración entre educadores y expertos y la formación continua son esenciales para una educación inclusiva. Las teorías de Vygotsky y González Rey ofrecen una base para comprender la subjetividad y su importancia en la educación especial. Vygotsky enfatiza la interacción social y la mediación cultural, mientras que González Rey se centra en la singularidad y complejidad de los procesos subjetivos. Implementar estas teorías requiere prácticas pedagógicas que reconozcan la individualidad de cada estudiante y promuevan ambientes inclusivos. Es necesario superar enfoques reduccionistas y valorar la cooperación y la aceptación de la diversidad. Los desafíos son importantes, pero con una adecuada formación de los profesionales y concientización de la sociedad, es posible construir una educación especial inclusiva, donde cada estudiante pueda desarrollar plenamente su potencial.

Palabras clave: Educación Especial. Subjetividad. Inclusión Escolar. Diversidad. Prácticas Pedagógicas

1 INTRODUÇÃO

A trajetória histórica que levou ao movimento pela inclusão escolar de indivíduos com necessidades educacionais especiais foi complexa e repleta de desafios, contradições, retrocessos, avanços e conflitos. Ao longo desse percurso, a invisibilidade e a exclusão desses indivíduos na sociedade foram marcantes, com uma aceitação significativa de sua inserção digna ocorrendo apenas recentemente. Apesar de existir uma legislação nacional e internacional moderna e abrangente em termos de direitos para essas pessoas, a inclusão

plena ainda não foi atingida. A inclusão não depende somente das leis, mas principalmente de uma sociedade que reinterprete e valorize a diferença em sua natureza complexa e plural. É essencial cultivar novas crenças e valores que simbolizem fundamentalmente o respeito, a igualdade e a liberdade de cada indivíduo.

A subjetividade dos indivíduos, tanto no âmbito pessoal quanto social, é crucial para essa transformação. Cada pessoa compreende a inclusão com base em suas experiências cotidianas, que envolvem a convivência com o outro. Essas experiências transformam o abstrato em real, o invisível em perceptível, e a indiferença em cuidado. O conhecimento, em todas as suas formas, é fundamental para essa mudança, promovendo a conscientização e, com ela, a responsabilidade compartilhada.

No contexto educacional, a inclusão enfrenta desafios distintos, como a falta de recursos, a formação inadequada dos professores para atender esse público, as divergências sobre a melhor forma de educá-los, além do preconceito e da discriminação. Não se pretende, com essa afirmação, atribuir toda a responsabilidade à instituição educativa, mas sim indicar que essa instituição é uma expressão da sociedade e, portanto, reflete suas características e valores.

A Educação Especial, enquanto área do saber humano, caracteriza-se por um desenvolvimento histórico complexo, moldado por diversos determinantes sociais, culturais, econômicos e políticos ao longo do tempo. Esse percurso resultou em diferentes abordagens no tratamento de seu público-alvo, tanto nas relações interpessoais quanto nas políticas públicas adotadas para atender às suas especificidades. Um ponto notável na análise desta questão é a escolarização, que só se tornou viável na primeira metade do século XX, após um longo período de negligência sem ações voltadas para a educação desses indivíduos.

Em diferentes épocas, várias formas foram adotadas para educar essas pessoas: inicialmente, em instituições filantrópicas, onde prevalecia uma visão médica que tratava a deficiência como uma doença incurável. Posteriormente, essas pessoas foram integradas em escolas regulares, embora ainda marginalizadas em classes especiais. Antes desse período, o século XVI marcou uma mudança significativa na compreensão de que esses indivíduos eram capazes de aprender.

Estudos desse período superaram parcialmente a representação religiosa e aproximaram-se de uma visão médico-científica, em grande parte devido às mudanças na forma de pensar da sociedade. Apesar dessas considerações, há um longo intervalo entre os séculos XVI e XXI, caracterizado por diversas concepções sobre as pessoas-alvo da educação especial. Isso confirma que diferentes representações sociais persistem em todos os

momentos da história, coexistindo em uma mesma época, ainda que sem a força original. Um exemplo é a concepção de que a deficiência é uma doença, parcialmente desmistificada no século XVI.

Somente no final do século XX, a compreensão de que a deficiência é uma condição e não uma doença ganhou força. Essa mudança foi influenciada pelas obras de Vygotski desde a década de 1920, especificamente em ‘Fundamentos da Defectologia’. Ele destacou princípios fundamentais para o movimento pela inclusão: 1) a deficiência como condição, não doença; 2) o desenvolvimento da criança com deficiência é diferenciado, mas não inferior ao de seus pares; 3) o ambiente deve apoiar o desenvolvimento, prevenindo a estagnação; 4) a percepção de ‘defeito’ deriva das informações recebidas do meio e pode ser combatida; 5) a sociedade deve atuar para mudar concepções e crenças, permitindo o pleno desenvolvimento da criança.

Nesse sentido, levanta-se a seguinte questão problema: como a subjetividade influencia a inclusão de estudantes com necessidades educacionais especiais no ambiente escolar e de que maneira as teorias de Vygotsky e González Rey podem contribuir para práticas pedagógicas mais inclusivas?

A hipótese central é que a subjetividade dos indivíduos, compreendida a partir das teorias de Vygotsky e González Rey, é um fator extremamente relevante para a inclusão escolar efetiva de alunos com necessidades educacionais especiais. Reconhecer e valorizar a subjetividade de cada estudante pode promover práticas pedagógicas que respeitem a diversidade e contribuam para a construção de ambientes escolares mais inclusivos.

O objetivo geral deste estudo é analisar a influência da subjetividade na inclusão de estudantes com necessidades educacionais especiais, com base nas teorias de Vygotsky e González Rey, e propor práticas pedagógicas que promovam um ambiente escolar inclusivo. Já como objetivos específicos, busca-se examinar o conceito de subjetividade nas teorias de Vygotsky e González Rey e sua aplicação na educação especial; identificar os principais desafios e barreiras enfrentados na inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais; investigar como a subjetividade dos professores e estudantes afeta a dinâmica de inclusão no ambiente escolar; propor estratégias pedagógicas que valorizem a subjetividade e promovam a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais.

A metodologia utilizada neste estudo será baseada no método bibliográfico e indutivo. O método bibliográfico será empregado para realizar uma revisão detalhada da literatura existente sobre as teorias de Vygotsky e González Rey, com foco no conceito de subjetividade e sua aplicação na educação especial. A revisão bibliográfica incluirá livros,

artigos acadêmicos, teses e dissertações que abordem a temática da subjetividade, inclusão escolar e práticas pedagógicas na educação especial. Essa etapa permitirá a compreensão das bases teóricas que sustentam o estudo e a identificação dos principais desafios e barreiras enfrentados na inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais.

A abordagem indutiva será aplicada para interpretar e analisar os dados obtidos a partir da revisão bibliográfica. A partir da análise dos textos teóricos e empíricos, buscar-se-á identificar padrões e temas recorrentes que relacionem a subjetividade e a inclusão escolar. O método indutivo permitirá a construção de hipóteses e a formulação de proposições teóricas a partir da observação dos dados coletados. Com base nas informações obtidas, serão propostas estratégias pedagógicas que valorizem a subjetividade e promovam a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais.

2 FUNDAMENTOS TEÓRICOS DA SUBJETIVIDADE

A teoria da subjetividade tem suas raízes na perspectiva histórico-cultural e dialética, com destaque para os trabalhos de Rubinstein, Vygotsky e Bozhovich (Molon, 2003). Além disso, incorpora elementos da Teoria da Complexidade de Morin. González Rey (2011) também destaca a influência de autores humanistas, da psicanálise e da epistemologia francesa em seus trabalhos. Essa teoria abre inúmeras possibilidades de pesquisa, particularmente por permitir uma abordagem complexa dos processos subjetivos que ocorrem tanto no nível individual quanto no social. A teoria da subjetividade é vista como altamente explicativa em diversos contextos, pois supera dicotomias tradicionalmente estabelecidas, como externo/interno, individual/social e afetivo/cognitivo, utilizando uma abordagem dialética para integrar essas dimensões em uma única categoria. Como uma categoria central e articuladora, a subjetividade é entendida como um sistema e, ao mesmo tempo, um processo complexo, plural e holístico, que se manifesta nos níveis individual e social. Essa abordagem difere de algumas concepções de outros campos do conhecimento, como Filosofia e Psicologia, não só por suas características, mas pela sua dinamicidade, caráter dialético, transformador e principalmente gerador (Molon, 2003).

Assim, nenhuma influência externa é recebida passivamente pelo sujeito; os fatos e experiências são continuamente reinterpretados com base nas experiências individuais, indicando que a subjetividade é uma produção contínua. Ao conceber a subjetividade não apenas como uma expressão da individualidade, mas como parte de um processo mais amplo que inclui a subjetividade social, González Rey (2011) propõe uma compreensão distinta das

teorias psicológicas que tratam da influência do social na constituição do sujeito. Ele argumenta que essa abordagem é vivida de maneira dialética e determinante, integrando profundamente o indivíduo e a sociedade. As influências sociais e culturais moldam-se de maneira qualitativamente distinta no indivíduo, baseando-se em suas experiências de vida.

Segundo González Rey e Martínez (2017), a subjetividade se constitui em condições sociais, históricas e culturais específicas, mas é uma produção que não se define pelos acontecimentos e fatos que caracterizam essas condições, mas pelos sentidos subjetivos gerados durante a experiência vivida. Ao vivenciar uma experiência, a pessoa não expressa apenas os efeitos imediatos do que foi vivido; os processos vividos transcendem a objetividade de qualquer evento. A historicidade da subjetividade é configurada pelas experiências subjetivas, nas quais o vivido se atualiza para o sujeito, moldando os diferentes processos e operações implicados na experiência.

Portanto, é viável compreender que a subjetividade é originada da interação entre a singularidade dos indivíduos e suas trajetórias de vida, continuamente em contato com os contextos culturais e históricos, de maneira multidimensional, configurando-se, assim, como um sistema. Similarmente, a subjetividade não é um mero reflexo, tampouco um epifenômeno das relações sociais; ela emerge dessas relações como uma produção que subverte os espaços sociais onde se manifesta. Tal entendimento rompe com a visão da psique como algo estático, intrapsíquico e universal, fragmentado em componentes individuais e mensuráveis, conforme compreendido pelas teorias psicológicas.

Além disso, essa abordagem restaura a emoção como elemento primordial na constituição do ser humano. A subjetividade desafia a noção de que o social se impõe de maneira definitiva na constituição psíquica do indivíduo, pois a partir do seu caráter gerador pode-se entender que mesmo uma experiência simultaneamente vivenciada por dois indivíduos não carregará um significado universal, mas refletirá de acordo com o sentido subjetivo desenvolvido por cada um. Esses sentidos nunca podem ser iguais, pois dependem da forma como são organizados nas configurações subjetivas que emergem nesse processo. Assim, não existe uma experiência resultante de uma influência objetiva direta ou de um motivo interno universal.

Em outras palavras, a subjetividade individual é produzida a partir das relações sociais estabelecidas pelo sujeito nos diversos espaços onde atua e que se singulariza com base em outras experiências vividas, sendo também influenciada pela subjetividade social desses espaços. Deste modo, González Rey concebe (2011) a subjetividade em seu caráter ontológico, como um nível qualitativamente diferenciado da psique humana. Destaca-se

ainda que a subjetividade possui um caráter não racional, pois não são os processos racionais que definem sentidos e configurações subjetivas, constituindo-se apenas como uma das possibilidades que surgem em função das reflexões, decisões e representações que o sujeito desenvolve.

Segundo González Rey e Martínez (2017), a subjetividade é definida como a unidade indivisível dos processos simbólicos e emocionais que emergem como nova produção ao longo da experiência social e histórica dos indivíduos. Esta compreensão implica que a subjetividade não pode ser reduzida ao comportamento, processos cognitivos, simbólicos ou qualquer outra categoria isolada, pois representa a produção de sentidos subjetivos concebidos como configurações dinâmicas dentro do contexto social em que a ação do sujeito ocorre.

A compreensão da subjetividade é fundamental para a prática da educação especial, uma vez que envolve a dimensão singular e dinâmica da experiência de cada ser humano (Gonzalez Rey, 2011). Nesse contexto, diferentes abordagens teóricas têm contribuído para a abordagem dessa temática. Uma das perspectivas amplamente discutidas é a da Psicologia Cultural, que concebe a subjetividade como um fenômeno historicamente situado, constituído na interação entre o individual e o social (Valsiner, 2012). Dessa forma, os processos subjetivos são entendidos como indissociáveis dos contextos culturais, sociais e político-econômicos em que os indivíduos estão inseridos (Madureira; Branco, 2001).

De acordo com Lutuosa (2018, s.p):

Como categoria primordial da teoria e articuladora das outras, a subjetividade representa um sistema e, simultaneamente, um processo complexo, plural, holístico, que se manifesta nos níveis individual e social e, nesse caso, distancia-se de algumas concepções expressas por outros domínios do conhecimento, como a Filosofia e a própria Psicologia, em função não apenas dessas características, mas da sua dinamicidade, do seu caráter dialético, dialógico, transformador e, fundamentalmente, por seu caráter gerador, a partir do qual se pode afirmar que nenhuma influência externa é recebida passivamente pelo sujeito, ou seja, não se absorve os fatos e vivências tal como se apresentam; eles são reelaborados de acordo com as experiências de cada um, implicando que a subjetividade consiste numa produção. Ao conceber a subjetividade não somente como uma expressão da individualidade de cada sujeito, mas como parte de um processo mais amplo que implica a subjetividade social, González Rey supera a compreensão disseminada em outros campos e nas diferentes teorias psicológicas que abordam a influência do social sobre a constituição do sujeito, mas o faz de forma vívida, dialética, determinante, uma vez que não concebe

indivíduo e sociedade de forma dicotômica e estanque, mas profundamente integrados, imbricados, envoltos na processualidade do momento cultural e histórico. Assim, as influências sociais e culturais se configuram de forma qualitativamente diferente no indivíduo a partir da sua experiência de vida.

Essa abordagem nos lembra de que a subjetividade de cada pessoa é profundamente influenciada pelo meio em que vive. Outra vertente teórica relevante é a Teoria da Subjetividade, desenvolvida por Fernando González Rey (2011, 2017). Nesse ínterim, a subjetividade é compreendida como um sistema complexo e dinâmico, que integra aspectos emocionais, simbólicos e sociais na configuração da experiência humana. Essa abordagem destaca a importância de se considerar a singularidade de cada sujeito, bem como suas formas únicas de organizar e dar sentido às suas vivências (González Rey; Mitjans Martínez, 2017).

Essa perspectiva nos lembra de que a subjetividade se constrói na interação com o outro e com o meio. Essas diferentes perspectivas teóricas convergem no entendimento da subjetividade como uma construção multidimensional, que envolve aspectos cognitivos, emocionais, sociais e culturais, configurando-se de maneira singular em cada sujeito (Gonzalez Rey, 2011; Valsiner, 2012; Madureira; Branco, 2001). Essa compreensão da subjetividade é fundamental para a prática da educação especial, uma vez que permite aos profissionais da área reconhecer e valorizar a singularidade de cada aluno com necessidades educacionais especiais. Afinal, cada estudante é único e merece ser visto e atendido de forma personalizada.

Entender a subjetividade de cada aluno é essencial para uma prática educacional realmente centrada no indivíduo. Além disso, a Psicologia Histórico-Cultural, fundamentada nos trabalhos de Vygotsky (1998), também contribui para a compreensão da subjetividade, ao enfatizar o papel da linguagem, da mediação cultural e das interações sociais no desenvolvimento psicológico do indivíduo. Nessa abordagem, a subjetividade é vista como um fenômeno intrinsecamente relacionado aos processos de apropriação e transformação da realidade (González Rey; Mitjans Martínez, 2017).

Vale destacar que Lev Vygotsky entrou na psicologia em um período de grande importância histórica, coincidindo com a consolidação da Revolução Russa e o início de uma nova sociedade que buscava a compreensão de um novo ser humano. Esse novo contexto exigia novas bases teóricas e metodológicas, além de novas aplicações práticas. A Revolução Russa, nesse sentido, impôs à ciência psicológica o desafio de analisar problemas de aplicação prática. Vygotsky possuía as qualificações necessárias para propor uma nova concepção de

educação, conhecida como pedologia, e de psicologia. Ele era um advogado com uma formação profundamente humanística, motivado pelas questões sociais e culturais. Além disso, Vygotsky era um estudioso da Filosofia da Literatura e da Arte, bem como um crítico literário. Dessa forma, ele chegou à psicologia por meio da crítica e da estética, interessando-se principalmente pelos produtos culturais mais elevados. Os interesses psicológicos de Vygotsky derivavam de sua preocupação com a gênese da cultura. A compreensão do homem como construtor de cultura o levou a confrontar a psicologia clássica, que não abordava adequadamente os processos de individuação do sujeito e não resolvia as questões relacionadas à criação artística e à percepção estética (Molon, 2003).

A compreensão da subjetividade é uma jornada fascinante que nos convida a abraçar a complexidade do ser humano. Essa perspectiva nos desafia a superar dicotomias simplistas e a enxergar o indivíduo em sua riqueza, como um sistema vivo e dinâmico, moldado pela interação entre sua singularidade e os contextos socioculturais em que está inserido. Ao explorarmos essas ideias, entendemos que cada pessoa é única, com uma tapeçaria de experiências e sentidos subjetivos que a definem. Não são meros receptáculos passivos de influências externas, mas agentes ativos que reelaboram continuamente suas vivências, imbuindo-as de significados pessoais. Essa visão ampla nos convida a valorizar a emoção, a linguagem e as interações sociais como elementos centrais na constituição da subjetividade, superando a noção de uma psique fragmentada e universal. Ao adotar essa abordagem, a educação especial ganha uma nova dimensão, reconhecendo e celebrando a diversidade de seus estudantes como parte integral de seu processo de aprendizagem e desenvolvimento. Afinal, é na singularidade de cada ser humano que reside a riqueza da experiência humana.

3 O PAPEL FUNDAMENTAL DO PROFESSOR NA INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS

A inclusão de crianças com necessidades especiais no ambiente escolar é um desafio complexo que envolve diversos fatores, dentre eles o papel fundamental do professor. Conforme explanado, segundo a teoria da subjetividade, proposta por Gonzalez Rey (2005), o processo de ensino-aprendizagem é permeado por aspectos subjetivos, tanto individuais quanto sociais, que influenciam diretamente na forma como o aluno se relaciona com o conhecimento. Nesse contexto, o professor assume um papel vital na promoção da inclusão e no desenvolvimento integral desses estudantes. O professor, como mediador do processo de ensino-aprendizagem, possui a responsabilidade de criar um ambiente acolhedor e

adaptado às necessidades específicas de cada aluno (Glat; Pletsch, 2011). Isso implica em conhecer as particularidades de cada estudante, estabelecer vínculos afetivos, desenvolver estratégias pedagógicas diferenciadas e promover a interação entre todos os membros da comunidade escolar.

Dessa forma, o professor se torna um agente fundamental na construção de uma escola verdadeiramente inclusiva (Mantoan, 2015). Segundo a teoria da subjetividade de Gonzalez Rey (2005), o processo de inclusão envolve não apenas aspectos objetivos, como a adequação de recursos e infraestrutura, mas também a dimensão subjetiva das relações estabelecidas no ambiente escolar. Nesse sentido, o professor deve estar atento às questões interpessoais que permeiam a experiência de cada aluno, buscando compreendê-los em sua singularidade e promovendo ações que valorizem a diversidade (Glat; Pletsch, 2011). Essa abordagem subjetiva é fundamental para que a inclusão se concretize de maneira efetiva e significativa.

O papel do professor na inclusão de crianças com necessidades especiais é, portanto, fundamental. Ao assumir uma postura acolhedora, empática e pedagógica diferenciada, o docente contribui para a construção de uma escola verdadeiramente inclusiva, onde todos os alunos possam se desenvolver plenamente, respeitando suas particularidades e valorizando suas potencialidades. Essa abordagem, embasada na teoria da subjetividade, reafirma a importância da dimensão subjetiva no processo de ensino-aprendizagem e na efetivação da inclusão escolar.

4 INTERSECÇÕES ENTRE VYGOTSKY E GONZÁLEZ REY NA EDUCAÇÃO ESPECIAL

A Educação Especial é um campo amplo e complexo que envolve o atendimento de indivíduos com necessidades educacionais específicas, tais como deficiências físicas, sensoriais, intelectuais ou transtornos do neurodesenvolvimento. Nesse contexto, as teorias de Lev Vygotsky e Fernando González Rey têm se destacado como importantes referenciais teóricos para compreender e aprimorar as práticas pedagógicas voltadas para este público (González Rey, 2011; Vygotsky, 1983). Vygotsky, psicólogo russo do início do século XX, desenvolveu uma abordagem sociocultural do desenvolvimento humano, enfatizando a relevância dos fatores sociais, históricos e culturais na constituição do sujeito (Vygotsky, 1978). Sua teoria destaca a importância da interação social e da mediação simbólica no processo de aprendizagem e desenvolvimento.

Para Vygotsky, a educação desempenha um papel fundamental no desenvolvimento dos indivíduos, atuando como um elemento mediador entre as capacidades já consolidadas e as potencialidades a serem alcançadas (Vygotsky, 1983). Por sua vez, González Rey, psicólogo cubano contemporâneo, propôs a Teoria da Subjetividade, que compreende o sujeito como um ser ativo e produtor de sentidos subjetivos, em constante processo de desenvolvimento (González Rey, 1997). Essa teoria valoriza a singularidade do indivíduo, reconhecendo a complexidade dos processos subjetivos envolvidos na construção da sua identidade e nas suas relações com o contexto social (González Rey, 2003). Ao analisar as intersecções entre as abordagens de Vygotsky e González Rey no campo da Educação Especial, é possível identificar diversos pontos de convergência que podem contribuir para uma compreensão mais ampla e dinâmica do processo de aprendizagem e desenvolvimento dos alunos com necessidades educacionais específicas (González Rey; Mitjans Martínez, 2017).

Um dos principais pontos de intersecção entre as teorias desses autores diz respeito à ênfase no papel da cultura e das relações sociais no desenvolvimento humano. Tanto Vygotsky quanto González Rey reconhecem a importância do contexto social e cultural na constituição do sujeito, rejeitando uma visão individualista e determinista do desenvolvimento (González Rey, 2011; Vygotsky, 1978). Nessa perspectiva, a Educação Especial deve considerar as características particulares de cada aluno, bem como os recursos culturais e sociais disponíveis em seu entorno, a fim de promover o desenvolvimento de suas potencialidades (González Rey; Mitjans Martínez, 2017). Isso implica em uma abordagem pedagógica que valorize a diversidade, a participação ativa do estudante e a construção conjunta de estratégias de ensino-aprendizagem (Vygotsky, 1983).

Outro aspecto relevante é a ênfase na mediação simbólica e na linguagem como elementos fundamentais no processo de desenvolvimento. Tanto Vygotsky quanto González Rey destacam a importância do uso de signos e símbolos para acessar os bens culturais e construir significados (González Rey, 2003; Vygotsky, 1978). Nesse sentido, a atuação dos profissionais da Educação Especial deve considerar a utilização de recursos e estratégias que favoreçam a comunicação, a expressão e a interação dos alunos com necessidades educacionais específicas.

Outra intersecção relevante entre as teorias de Vygotsky e González Rey diz respeito à concepção de desenvolvimento como um processo dinâmico e não linear. Ambos os autores rejeitam a visão de desenvolvimento como uma sequência rígida de etapas ou a ideia de crescimento natural como únicos determinantes do processo (González Rey, 2011;

Vygotsky, 1983). Ao contrário, enfatizam a importância dos processos interativos e da construção de novos significados para a promoção do desenvolvimento. Nessa perspectiva, a Educação Especial deve se afastar de modelos deterministas e padronizados de intervenção, buscando alternativas que considerem a singularidade de cada aluno e as múltiplas possibilidades de desenvolvimento (González Rey; Mitjans Martínez, 2017). Isso implica em uma abordagem flexível e adaptativa, que valorize a participação ativa do estudante e a construção de estratégias pedagógicas personalizadas.

Outro aspecto de interseção entre as teorias de Vygotsky e González Rey diz respeito à importância da subjetividade no processo de desenvolvimento. Ambos os autores reconhecem a relevância dos aspectos subjetivos, emocionais e motivacionais na constituição do sujeito, rejeitando uma visão puramente behaviorista³ (González Rey, 1997; Vygotsky, 1978). Nessa perspectiva, a Educação Especial deve considerar não apenas as características cognitivas ou funcionais dos alunos, mas também os seus processos subjetivos, como sentimentos, emoções, crenças e motivações (González Rey; Mitjans Martínez, 2017). Isso implica em uma abordagem pedagógica que valorize a escuta atenta, o diálogo e a construção de vínculos de confiança entre professores e alunos.

Além disso, tanto Vygotsky quanto González Rey enfatizam a importância da dimensão social e relacional no desenvolvimento humano. Para esses autores, o sujeito se constitui a partir de suas interações com o outro, sendo a escola um espaço privilegiado para o desenvolvimento de relações significativas (González Rey, 2003; Vygotsky, 1983). Nesse sentido, a Educação Especial deve promover a construção de ambientes educacionais acolhedores e inclusivos, nos quais os alunos com necessidades educacionais específicas possam estabelecer vínculos significativos, participar ativamente das atividades e desenvolver um sentido de pertencimento (González Rey; Mitjans Martínez, 2017). Isso implica em ações pedagógicas que valorizem a cooperação, a solidariedade e a aceitação da diversidade.

³ A ideia central no behaviorismo pode ser formulada de maneira simples: uma ciência do comportamento é possível. Os behavioristas têm opiniões diversas sobre o que essa proposição significa e particularmente sobre o que é ciência e o que é comportamento, mas todos concordam que pode haver uma ciência do comportamento. Muitos behavioristas acrescentam que a ciência do comportamento deve ser a psicologia. Isso é motivo de controvérsia, pois muitos psicólogos rejeitam a ideia de que a psicologia seja uma ciência, e outros, que a tomam como ciência, consideram que seu objeto é algo diferente do comportamento. A maioria dos behavioristas passou a chamar a ciência do comportamento de análise do comportamento. O debate continua sobre se a análise do comportamento faz parte da psicologia, é o mesmo que psicologia ou é independente da psicologia, mas organizações profissionais, como a Association for Behavior Analysis, e revistas, como *The Behavior Analyst*, *Journal of the Experimental Analysis of Behavior* e *Journal of Applied Behavior Analysis*, dão ao campo uma identidade. Uma vez que o behaviorismo é um conjunto de ideias sobre essa ciência chamada análise do comportamento, não a ciência em si, o behaviorismo propriamente dito não é ciência, mas filosofia da ciência (Baum, 2018).

Em suma, as intersecções entre as teorias de Vygotsky e González Rey oferecem importantes contribuições para a compreensão e a atuação na Educação Especial. Ao reconhecer a importância dos fatores sociais, culturais, emocionais e subjetivos no desenvolvimento dos indivíduos, essas abordagens teóricas apontam para a necessidade de uma prática educacional que valorize a singularidade dos alunos, a construção de relações significativas e a adaptação de estratégias pedagógicas às suas necessidades específicas (González Rey; Mitjans Martínez, 2017). Desse modo, a integração das contribuições de Vygotsky e González Rey pode favorecer o aprimoramento das práticas educacionais voltadas para os alunos com necessidades educacionais específicas, promovendo o seu desenvolvimento integral e a sua plena participação social.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação especial enfrenta diversos desafios em sua implementação prática, particularmente no que se refere à transposição das teorias de subjetividade para o ambiente escolar. Essas teorias, fundamentadas em abordagens como a Psicologia Histórico-Cultural e a Psicanálise, propõem uma compreensão do indivíduo para além de suas características biológicas ou psicológicas, enfatizando a importância dos fatores socioculturais na constituição da subjetividade. No contexto da educação especial, essa perspectiva teórica desafia a visão predominante de que as deficiências são puramente orgânicas ou cognitivas, ignorando os aspectos subjetivos e relacionais envolvidos no processo de aprendizagem e desenvolvimento.

Nesse sentido, a implementação das teorias de subjetividade demanda uma reorientação das práticas pedagógicas, exigindo dos profissionais da educação especial uma maior compreensão acerca da complexidade do ser humano e de suas múltiplas dimensões. Um dos principais desafios reside na superação de abordagens reducionistas, que tendem a categorizar e segregar os estudantes com deficiência, limitando suas possibilidades de participação e aprendizagem. As teorias de subjetividade, por sua vez, apontam para a necessidade de se reconhecer a singularidade de cada indivíduo, respeitando suas experiências, interesses e modos de se relacionar com o mundo. Isso implica em uma transformação das práticas pedagógicas, visando a promoção de ambientes educacionais mais inclusivos e acolhedores.

Outro desafio consiste na formação de professores e demais profissionais da educação especial, que precisam estar preparados para lidar com a diversidade e a

complexidade presentes no contexto escolar. Essa formação deve incluir não apenas o domínio de técnicas e abordagens específicas, mas também o desenvolvimento de uma postura reflexiva e crítica em relação aos modelos hegemônicos de educação. Somente assim, será possível construir práticas pedagógicas alinhadas com as teorias de subjetividade, valorizando a potencialidade de cada estudante e promovendo sua autonomia e desenvolvimento integral. Nesse sentido, um dos principais desafios envolve a superação de uma visão reducionista que tende a categorizar e segregar os estudantes com deficiência, limitando suas possibilidades de participação e aprendizagem.

As teorias de subjetividade, por outro lado, apontam para a necessidade de se reconhecer a singularidade de cada indivíduo, respeitando suas experiências, interesses e modos de se relacionar com o mundo. Isso implica em uma transformação das práticas pedagógicas, visando a promoção de ambientes educacionais mais inclusivos e acolhedores.

Embora os desafios sejam significativos, é importante destacar as perspectivas futuras para a educação especial, fundamentadas nas teorias de subjetividade. Nesse sentido, espera-se que haja uma crescente valorização da diversidade, com o desenvolvimento de práticas pedagógicas que reconheçam e respeitem as singularidades de cada estudante. Isso implica em uma abordagem mais personalizada e centrada no indivíduo, buscando compreender suas necessidades, interesses e modos de aprender.

Além disso, as teorias de subjetividade apontam para a importância da construção de vínculos afetivos e de uma maior interação entre os estudantes, os professores e a comunidade escolar. Nessa perspectiva, a educação especial deve se pautar em uma lógica de cooperação e apoio mútuo, promovendo a participação ativa de todos os envolvidos no processo de ensino-aprendizagem. Essa abordagem, por sua vez, contribui para a superação de práticas segregacionistas e para a construção de uma educação verdadeiramente inclusiva. Outro aspecto fundamental a ser destacado é a necessidade de se reconhecer a singularidade de cada indivíduo, respeitando suas experiências, interesses e modos de se relacionar com o mundo. Isso implica em uma transformação das práticas pedagógicas, buscando promover ambientes educacionais mais inclusivos e acolhedores, que valorizem a potencialidade de cada estudante.

Nessa perspectiva, a educação especial deve se pautar em uma lógica de cooperação e apoio mútuo, promovendo a participação ativa de todos os envolvidos no processo de ensino-aprendizagem. Por fim, é fundamental que as instituições de ensino, as políticas públicas e a sociedade civil como um todo sejam sensibilizadas e engajadas na efetivação das teorias de subjetividade na educação especial. Isso requer o desenvolvimento de programas

de formação continuada, a revisão de currículos e a implementação de ações afirmativas que assegurem o acesso, a permanência e o êxito de estudantes com deficiência no sistema educacional. Somente por meio dessa articulação entre diferentes atores e instâncias será possível transformar a realidade da educação especial, rumo a uma perspectiva mais humanizada, inclusiva e emancipatória.

Nesse contexto, é importante ressaltar a relevância do desenvolvimento de programas de formação continuada para os profissionais da educação especial. Essa formação deve ir além do domínio de técnicas e abordagens específicas, buscando também o desenvolvimento de uma postura reflexiva e crítica em relação aos modelos hegemônicos de educação. Somente assim, será possível construir práticas pedagógicas alinhadas com as teorias de subjetividade, valorizando a potencialidade de cada estudante e promovendo sua autonomia e desenvolvimento integral.

REFERÊNCIAS

BAUM, William M. **Comprender o Behaviorismo-: Comportamento, Cultura e Evolução**. Artmed Editora, 2018.

GLAT, R.; PLETSCHE, M. D. **Inclusão escolar de alunos com necessidades especiais**. Editora UERJ, 2011.

GONZÁLEZ REY, F. L. **Epistemología cualitativa y subjetividad**. EDUC, 1997.

GONZÁLEZ REY, F. L. **Sujeito e subjetividade: uma aproximação histórico-cultural**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

GONZÁLEZ REY, F. L.; MITJÁNS MARTÍNEZ, A. **Subjetividade: teoria, epistemologia e método**. Campinas, SP: Alínea, 2017.

GONZÁLEZ REY, Fernando Luis. **Pesquisa qualitativa e subjetividade: os processos de construção da informação**. Editora Pioneira Thomson Learning, 2005.

GONZÁLEZ REY, Fernando. **Subjetividade e saúde: superando a clínica da patologia**. São Paulo: Cortez, v. 33, 2011.

LUSTOSA, Ana Valéria Marques Fortes. **Subjetividade e Educação Especial: a Inclusão Escolar em uma Perspectiva Complexa**. Brasil, Editora Appris, 2018.

MADUREIRA, Ana Flávia do Amaral; BRANCO, Angela Uchôa. A pesquisa qualitativa em psicologia do desenvolvimento: questões epistemológicas e implicações metodológicas. **Temas em psicologia**, v. 9, n. 1, p. 63-75, 2001.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?** Summus Editorial, 2015.

MOLON, Susana Inês. **Psicologia Social-Subjetividade e constituição do sujeito em Vygotsky.** Rio de Janeiro: Editora Vozes Ltda, 2003.

VALSINER, J. **Fundamentos da Psicologia Cultural: mundos da mente, mundos da vida.** Porto Alegre: Artmed, 2012.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores.** 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

Submetido em: 02 de set de 2024.

Aprovado em: 26 de out de 2024.

Publicado em: 06 de dez de 2024